




O impacto da violência doméstica na educação de mulheres na EJA

 <https://doi.org/10.56238/levv15n39-062>

Kamilla da Costa

Pedagoga e Especialista em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Carolina Cunha Seidel

Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-FCLAR)

RESUMO

O presente artigo analisa o impacto da violência doméstica no processo de escolarização de mulheres adultas e discute sobre como o Estado pode colaborar para a permanência qualificada dessas mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir das teorias de Paulo Freire e Judith Butler, este estudo busca compreender as barreiras enfrentadas por essas mulheres e refletir sobre políticas públicas que possam mitigar os efeitos da violência de gênero em sua trajetória educacional. Os resultados esperados refletem sobre estratégias que promovam a inclusão e a permanência qualificada dessas mulheres na EJA, contribuindo para sua emancipação e autonomia.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Educação, Liberdade.

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um fenômeno que afeta diversas esferas da vida das mulheres, incluindo sua educação. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a violência doméstica pode representar uma barreira significativa para a escolarização das mulheres, impactando negativamente seu desempenho acadêmico e sua permanência na escola.

No Brasil, a cada 24 horas, oito mulheres são vitimadas pela de violência doméstica, enquanto três em cada dez mulheres já foram afetadas por essa forma de violência, conforme revelado pela 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, conduzida pelo Instituto DataSenado em colaboração com o Observatório da Mulher.(Agência Brasil, 2024).

Este artigo tem como objetivo analisar de que maneira a violência doméstica influencia o processo de escolarização de mulheres adultas e explorar como o Estado pode promover a permanência qualificada dessas mulheres na EJA, contribuindo assim para uma possível mudança de cenário em suas vidas.

Ao discutirmos sobre os estudantes da EJA, é relevante destacar que, conforme Gomes (2011), a juventude e a vida adulta englobam uma variedade de experiênciassociais e humanas.

[...] suas temporalidades, trajetórias, vivências e aprendizagens não são as mesmas, e, mesmo que participem de processos socioeconômicos, políticos e educativos semelhantes, esses sujeitos atribuem significados e sentidos diversos à vida, à sociedade e às práticas sociais das quais participam no seu cotidiano (GOMES, 2011, p. 87-88).

A educação é um direito fundamental e um instrumento de transformação social. No entanto, para muitas mulheres adultas, especialmente aquelas que foram vitimadas pela violência de gênero, a continuidade dos estudos é desafiadora. Aqui nos questionamos: Quais as dinâmicas que impedem a escolarização plena dessas mulheres? E ainda: Quais intervenções podem facilitar sua permanência e sucesso acadêmico?

2 DISCUSSÃO

Em linhas gerais, temos Paulo Freire amplamente reconhecido por sua pedagogia crítica, que propõe uma educação voltada para a emancipação e a transformação social. Em sua obra "Pedagogia do Oprimido", Freire critica o modelo tradicional de educação, que ele denomina de *educação bancária*. Neste modelo, os alunos são vistos como receptáculos vazios nos quais os professores depositam conhecimento. Freire argumenta que essa abordagem passiva e unidirecional perpetua a opressão, pois não incentiva o pensamento crítico nem a autonomia dos educandos. Segundo Freire “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”(Freire, 1987). Ainda:

A educação libertadora é, fundamentalmente, uma situação na qual tanto os professores como os alunos devem ser os que aprendem; devem ser os sujeitos cognitivos, apesar de serem diferentes. [...] exatamente por isso, o contexto da transformação não é só a sala de aula, mas encontra-se fora dela. Se o processo for libertador, os estudantes e os professores empreenderão uma transformação que inclui o contexto fora da sala de aula. (FREIRE; SHOR, 1986, p. 27).

Freire propõe uma educação problematizadora, que se baseia no diálogo e na conscientização, em que a educação deve ser um processo colaborativo, com educadores e educandos participando ativamente na construção do conhecimento, refletindo criticamente sobre sua realidade e agindo para transformá-la. Essa abordagem é fundamental para promover a conscientização, processo pelo qual os indivíduos se tornam conscientes de sua própria situação de opressão e desenvolvem a capacidade de agir contra ela.

A conscientização é um dos conceitos centrais na pedagogia de Freire. Trata-se de um processo de tomada de consciência crítica da realidade social, política e econômica que cerca os indivíduos, incentivando-os a questionar e a refletir sobre sua própria experiência e o mundo ao seu redor, desenvolvendo assim uma compreensão mais profunda das estruturas de poder e opressão que influenciam suas vidas. Este processo de conscientização é essencial para a tomada de poder de suas próprias vidas e processos, pois permite que os educandos reconheçam suas capacidades e direitos, e se vejam como agentes de mudança.

O diálogo, para Freire, é a base da educação problematizadora, sendo como um encontro entre sujeitos que buscam, juntos, a compreensão e a transformação do mundo. No contexto educativo, o diálogo promove uma relação horizontal entre educador e educando, onde ambos aprendem e ensinam mutuamente. Esta abordagem contrasta com a educação bancária, que se baseia em uma relação de poder vertical e hierárquica.

No contexto da violência de gênero, a pedagogia crítica de Freire pode nos oferecer pistas para pensarmos nas possibilidades das mulheres, já que através do processo de conscientização, podem desenvolver uma compreensão crítica de como a violência de gênero é uma manifestação de estruturas opressivas mais amplas, enraizadas em normas patriarcais e desigualdades sociais. Esta conscientização é o primeiro passo para a transformação, permitindo que as mulheres reconheçam sua própria agência e capacidade de resistir e transformar essas estruturas.

A educação problematizadora promove a reflexão crítica e a ação, encorajando-as a questionar sua realidade e a buscar soluções coletivas para os problemas que enfrentam. Em um ambiente educacional que valoriza o diálogo e a participação ativa, as mulheres podem compartilhar suas experiências, apoiar umas às outras e construir uma comunidade de resistência e solidariedade. Este processo de educação dialógica não só ajuda as mulheres a superar os

traumas da violência, mas também fortalece suas habilidades e confiança para participar plenamente da vida social, econômica e política.

Além disso, a abordagem freiriana enfatiza a importância de uma educação contextualizada e relevante. Programas de EJA que incorporam os princípios da pedagogia crítica podem adaptar o currículo para abordar diretamente as questões de violência de gênero, direitos das mulheres e empoderamento. Ao integrar esses temas na educação, as instituições podem fornecer às mulheres as ferramentas teóricas e práticas para compreender e transformar suas vidas.

A educação, vista como prática de liberdade, transforma-se em um meio de transformação pessoal e social. Para as mulheres adultas na EJA, especialmente aquelas que foram vítimas de violência de gênero, essa abordagem educativa pode oferecer uma oportunidade para reconstruir suas vidas e reivindicar seu lugar na sociedade como cidadãs plenas e agentes de mudança.

Coadunado a este pensamento, convidamos ao diálogo Judith Butler, figura central nos estudos de gênero e teoria queer, sendo que suas ideias pós-estruturalistas têm desafiado as concepções tradicionais de sexo e gênero. Temos no livro "Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade"(2016), a autora afirmando que o gênero não é uma identidade fixa e estável, mas um conjunto de atos performativos repetidos que criam a ilusão de uma essência de gênero, conceito de performatividade que desestabiliza as noções binárias de gênero e revela como as normas de gênero são socialmente construídas e mantidas.

Desta forma, temos no pensamento bluteriano, o processo subjetivo de reconhecimento vinculado a conjunto de normas determinadas pela ordem social e política. Acompanhe:

Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a “condição de ser reconhecido” caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento – os termos, as convenções e as normas gerais “atuam” doseu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível, embora não sem falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos. Essas categorias, convenções e normas que preparam ou estabelecem um sujeito para o reconhecimento, que induzem um sujeito desse tipo, precedem e tornam possível o ato do reconhecimento propriamente dito. Nesse sentido, a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento (BUTLER, 2018, p. 19).

A formação das molduras de reconhecimento ocorre, geralmente, devido aos efeitos das expressões discursivas performativas. Isso porque,

Por um lado, o corpo é uma coisa simplesmente linguística e, por outro, que não influencia a linguagem. Ele [o corpo] carrega a língua o tempo todo. A materialidade da linguagem, ou, mais precisamente, o próprio sinal que tenta denotar "materialidade", sugere que

nem tudo, incluindo a materialidade, é desde sempre linguagem. Pelo contrário, a materialidade do significante (a "materialidade" que compreende os dois sinais e sua eficácia de significação) implica que não pode haver nenhuma referência a uma pura materialidade exceto via materialidade (BUTLER, 2019, p. 124).

Butler introduz o conceito de performatividade para explicar como o gênero é um ato contínuo e reiterado, que é imposto e regulado através de normas sociais. Segundo Butler, os corpos de indivíduos são moldados e disciplinados por essas normas, que ditam o que é considerado um comportamento "adequado" de gênero. A performatividade, portanto, não é uma expressão voluntária de uma identidade interior, mas um conjunto de práticas que são impostas pela sociedade e que produzem efeitos reais nos corpos e vidas das pessoas.

Além disso, Butler aborda a ideia de *vidas abjetas*, referindo-se àquelas que são excluídas do reconhecimento social e político por não conformarem às normas de gênero. Essas vidas são vistas como menos dignas de luto ou de proteção, tornando-se "não vivíveis". A abjeção é um mecanismo pelo qual a sociedade regula os limites do humano, determinando quem é considerado digno de direitos e reconhecimento.

Esses enquadramentos atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (BUTLER, 2019), sendo que os enquadramentos

Requer e institui um "exterior constitutivo" – o indizível, o inviável, o inenarrável que assegura (e que, portanto, fracassa em assegurar) as próprias fronteiras de materialidade. A força normativa da performatividade – seu poder de estabelecer o que se qualifica como um "ser" – é exercida não só por meio de reiteração, mas também de exclusão (BUTLER, 2019, p. 314).

A violência de gênero, na perspectiva de Butler, é uma prática que reforça e perpetua a normatividade de gênero, punindo aqueles que desviam das expectativas sociais. Esta violência não é apenas física, mas também simbólica e estrutural, operando através de normas que marginalizam e excluem certas identidades de gênero. A violência doméstica, por exemplo, não é apenas um ato de agressão física, mas uma forma de disciplinar e controlar os corpos femininos, reafirmando sua subordinação.

A construção social do gênero, segundo Butler, é um processo que começa desde cedo na vida dos indivíduos e é reforçado continuamente através de interações sociais, mídia, educação e outras instituições. Este processo cria uma rede de normas que dita como os indivíduos devem se comportar, se vestir, falar e até mesmo pensar, de acordo com seu gênero atribuído. A violência de gênero é uma

ferramenta poderosa para manter essa normatividade, punindo aqueles que desafiam ou não se encaixam nas expectativas sociais.

A desconstrução das normas de gênero é um passo essencial para abrir espaço para novas práticas de liberdade. Butler propõe que ao desafiar e subverter as normas de gênero, podemos criar novas formas de existência que não são limitadas pelas binariedades tradicionais. Isso envolve reconhecer a performatividade do gênero e resistir às pressões para conformar-se às normas opressivas.

Para as mulheres adultas na EJA que foram vítimas de violência de gênero, a desconstrução dessas normas é particularmente relevante. Ao questionar as construções sociais que perpetuam a violência, essas mulheres podem começar a reconstruir suas identidades e reivindicar suas vidas.

A integração das teorias de Butler na educação pode ajudar a criar currículos e práticas pedagógicas que desafiem as normas de gênero e promovam a inclusão e o respeito por todas as identidades. Isso inclui a incorporação de discussões sobre gênero, sexualidade e poder nas salas de aula, bem como o apoio a políticas e práticas escolares que protejam e empoderem todas as estudantes, independentemente de sua identidade de gênero.

Como podemos perceber, a pedagogia crítica de Paulo Freire fornece um quadro para entender a educação como um ato de libertação e transformação social. Através do processo de conscientização, as mulheres podem desenvolver uma compreensão crítica das estruturas opressivas que perpetuam a violência de gênero. A educação problematizadora e dialógica de Freire promove a reflexão crítica e a ação, encorajando as mulheres a questionar e transformar sua realidade. Em um ambiente educacional que valoriza o diálogo e a participação ativa, as mulheres podem reconhecer suas potências e assim, serem capazes de lutar por seus direitos.

Já Judith Butler, com suas teorias pós-estruturalistas, desafia as construções sociais de gênero, destacando como a violência de gênero é uma prática que reforça a normatividade de gênero. A performatividade do gênero e o conceito de vidas abjetas ajudam a entender como certas identidades são marginalizadas e excluídas. Ao desconstruir essas normas, podemos abrir espaço para novas práticas de liberdade. Na educação, isso significa criar currículos e práticas pedagógicas que desafiem as normas de gênero, promovendo a inclusão e o respeito por todas as identidades. A desconstrução das normas de gênero é essencial para que as

mulheres vítimas de violência possam reivindicar suas vidas e direitos, inclusive no campo educacional.

Ainda, encontramos no conceito de precariedade, pistas para refletir sobre a “condição compartilhada da vida humana (na verdade, como uma condição que une animais humanos e não humanos)” (BUTLER, 2016, p.30). Para a autora, a precariedade não é um efeito do reconhecimento e nem a única forma de induzi-lo e sugere diferenciar tal conceito de outro: a “condição precária”:

A condição politicamente induzida na qual populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção (BUTLER, 2016, 46)

Ao propormos o diálogo entre os dois autores, entendemos unir a reflexão crítica e ação, criando possibilidades de questionamentos e transformações de realidades. É preciso desafiar as construções sociais de gênero, trazendo à tona como a violência de gênero é uma prática que reforça a normatividade de gênero. Apenas ao desconstruir essas normas, que podemos abrir espaços verdadeiros para novas práticas de liberdade. Conforme Freire:

Nenhuma pedagogia que seja verdadeiramente libertadora pode permanecer distante do oprimido, tratando-os como infelizes e apresentando-os aos seus modelos de emulação entre os opressores. Os oprimidos devem ser o seu próprio exemplo na luta pela sua redenção (FREIRE, 1987, p. 60).

Assim, na articulação das teorias de Freire e Butler, temos em Freire a proposta de uma educação emancipadora, que promove a conscientização e o empoderamento das mulheres, que nos indica a educação como caminho e espaço para que mulheres reflitam criticamente sobre suas experiências e ajam para transformar suas realidades. Butler desafia as normas de gênero, oferecendo uma base teórica que sugere currículos e práticas pedagógicas sensíveis a tais questões, abordando diretamente a violência de gênero e promovendo o respeito por todas as identidades.

Com base nessa análise integrativa, é possível considerar políticas públicas e práticas educacionais que promovam a permanência qualificada das mulheres adultas na EJA, através do desenvolvimento de currículos sensíveis ao gênero, que incorporem conteúdos sobre a violência de gênero, direitos das mulheres e

emancipação, colaborando para que mulheres contextualizem suas experiências e desenvolvam uma compreensão crítica das estruturas sociais que influenciam suas vidas. Ainda, que a formação de educadores esteja alinhada com questões de gênero e violência de gênero de maneira sensível e informada.

Além disso, as instituições que oferecem a modalidade EJA devem estar conscientes de seu papel social, extrapolando uma perspectiva tecnicista e desenvolvendo políticas claras contra discriminação e violência, preocupando-se em integrar as redes de apoio, oferecendo recursos de apoio psicossocial, promovendo o diálogo e incentivando práticas pedagógicas diversas.

3 CONCLUSÃO

A violência de gênero é uma barreira significativa que afeta a escolarização de mulheres adultas, especialmente aquelas matriculadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao promover uma educação emancipadora, inclusiva e apoiada, podemos criar ambientes educativos que não apenas acolhem, mas também emancipam as mulheres, permitindo que elas superem as barreiras impostas pela violência e alcancem sua plena potencialidade. Essas práticas e políticas são essenciais para garantir a permanência qualificada das mulheres na EJA, contribuindo para sua emancipação e transformação social.

Este estudo procurou analisar esse impacto através de uma abordagem teórica integrativa, fundamentada nas contribuições de Paulo Freire e Judith Butler. A partir dessa análise, emergem reflexões sobre a formulação de políticas públicas e práticas educacionais que possam efetivamente promover a inclusão e a permanência qualificada dessas mulheres na educação.

A pedagogia crítica, proposta por Freire, enfatiza a educação como um processo emancipador, que deve promover a conscientização e o empoderamento dos oprimidos. A aplicação de suas ideias na EJA pode ajudar as mulheres a desenvolver uma compreensão crítica das estruturas sociais que perpetuam a violência de gênero e a agir para transformá-las. A educação problematizadora e dialógica de Freire oferece um caminho para a transformação pessoal e social, essencial para mulheres que buscam reconstruir suas vidas após experiências de violência.

Butler, por sua vez, desafia as construções sociais de gênero, destacando como a violência de gênero é uma prática que reforça a normatividade e marginaliza certas identidades. Ao desconstruir essas normas, podemos abrir espaço para novas



práticas de liberdade. Integrar essa perspectiva na educação significa criar currículos e práticas pedagógicas que desafiem as normas de gênero e promovam inclusão e o respeito por todas as identidades, ajudando as mulheres a reconhecer e resistir às construções opressivas.

A integração dessas perspectivas teóricas nos oferece um olhar amplo para entender e abordar o impacto da violência de gênero na escolarização das mulheres adultas na EJA. Pensamos que o caminho seja o desenvolvimento de currículos sensíveis ao gênero, a capacitação de educadores para lidar com questões de gênero e violência, a criação de ambientes seguros e acolhedores, a promoção do diálogo e da participação ativa, e o apoio continuado às mulheres.

Quando falamos em políticas públicas, consideramos que essas devem promover a criação de currículos que integrem discussões sobre gênero, violência de gênero e garantia dos direitos das mulheres. Estes currículos podem ser desenhados para ajudar as mulheres a contextualizar suas experiências e a desenvolver uma compreensão crítica das estruturas sociais que influenciam suas vidas.

Ademais, a formação contínua de todas as pessoas ligadas à educação precisa ser dimensionada de forma a criar espaços sensíveis às questões de gênero e identificação de possíveis violências, bem como estratégias para criar salas de aula inclusivas e acolhedoras, de maneira a garantir a segurança física e emocional das estudantes. Isso inclui a criação de políticas contra a discriminação e a violência, bem como a implementação de procedimentos, a formação de redes internas e externas e fluxos claros para lidar com incidentes de violência de gênero.

As políticas devem incentivar práticas pedagógicas que valorizem o diálogo e a participação ativa das estudantes. Considerando o proposto por Freire, isso significa criar espaços onde as mulheres possam se envolver em discussões críticas sobre suas experiências e colaborar na construção do conhecimento, participando ativamente nas decisões educacionais e na definição de políticas institucionais.



REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversãoda identidade.11ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2018.

BUTLER, Judith. Vida Precária. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

FREIRE, P; SHOR, I. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 5. ed. Rio deJaneiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido, São Paulo: Editora Paz & Terra, 1987. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia, São Paulo: Editora Paz & Terra, 1996.

GOMES, N. L. Diálogos na educação de jovens e adultos. 4. ed. BeloHorizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 87- 104.